

Biodiversidade pela lógica do envolvimento

Preservação Pesquisadores apontam que a presença indígena favorece a conservação dos ambientes naturais

Felipe Ewald*
Natalia Henkin**

Recém-eleito para governar o país nos próximos quatro anos, Jair Bolsonaro chamou a atenção do mundo todo com declarações polêmicas que reforçam a visão, predominante há muito no país, de que a demarcação de terras de povos e comunidades tradicionais é um obstáculo para o desenvolvimento. Em entrevista à TVBandeirantes, no dia 5 de

novembro, o futuro presidente declarou que, se depender dele, “não tem mais demarcação de terra indígena”. De acordo com a Fundação Nacional do Índio (Funai), o cancelamento de novas demarcações de terras indígenas acabaria com 129 processos que hoje estão em andamento em diferentes etapas. Atualmente existem 11,3 milhões de hectares em estudo para demarcação, abrigando cerca de 130 mil indígenas. Além disso, retrocessos na política de demarcações ameaçam não só a existência e a sobrevivência dos povos tradicionais, mas também a preservação do meio ambiente. Segundo o etnoarqueólogo José Otávio Catafesto de Souza, professor do Departamento de Antropologia da UFRGS, existe uma relação direta entre a presença humana de grupos tradicionais e a conservação da biodiversidade. “Dados publicados pela Unesco demonstram que, de todas as estratégias utilizadas para o resguardo da biodiversidade, sem dúvida nenhuma, as populações tradicionais são as mais eficazes e as mais baratas para a sua preservação e manutenção”, afirma.

Em julho de 2017, o Google passou a iden-

tificar os territórios indígenas nos mapas das suas plataformas Earth e Maps. Analisando as imagens disponíveis, é possível verificar, em algumas regiões, a diferença evidente entre a cobertura vegetal a de dentro e de fora das áreas demarcadas, tendo as terras vizinhas uma cobertura muito mais escassa – por exploração de madeira, urbanização ou desmatamento para pecuária e agricultura. A empresa declara que adotou a medida justamente para expor o papel crucial de comunidades indígenas na preservação ambiental, sobretudo na Amazônia, maior floresta tropical do mundo.

Catafesto conta que tem aprendido muito com a sabedoria dos grupos indígenas no trato com o ambiente. Segundo o professor, a lógica indígena é de envolvimento com a natureza, sem querer sair dela, enquanto a capitalista ocidental é de distanciamento da natureza. “A palavra desenvolvimento demonstra bem a maneira como nós concebemos a forma de estar no planeta: desenvolvimento é sair, é tirar do envolvimento. As sociedades indígenas jamais se propuseram a isso, pelo contrário. A gente chega numa aldeia e praticamente todas as atividades diárias são fora de casa, fora de qualquer estrutura humana: embaixo de uma árvore, com pé no chão”, acrescenta. Felipe Brizoela, cacique mbya guarani da aldeia Pindoty, no município de Riozinho, confirma: “A natureza faz parte da vida espiritual guarani. A preservação é importante para nós por conta da ligação espiritual”. Ele se queixa da falta de compreensão dos brancos sobre a relação de seu povo com a terra, ressaltando que o que querem não é acumular mais território, mas, sim, a preservação da mata que ainda existe. “Para nós, seria importante que toda a mata que ainda existe fosse preservada. Não

se trata de querermos mais terras; queremos garantir a permanência do que resta de mata para que, no momento em que precisar, a gente tenha condições de uso para medicina tradicional ou para matéria-prima. Só que o mundo não indígena não entende, acha que a gente quer ter mais terra”, critica.

A bióloga Joana Bassi, técnica da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Sema), também reforça essa percepção. Representante da Sema no Conselho Estadual dos Povos Indígenas (CEPI), ela diz que a legislação brasileira reflete a visão predominante na cultura branca ocidental, que separa sociedade, cultura e natureza – separação essa que não se reproduz na cosmovisão indígena. “No caso dos guarani, especificamente, a gente vê que a terra é muito mais que um espaço físico. Ela representa ao mesmo tempo ancestralidade, sustentabilidade, espiritualidade, pertencimento. Ela tem vários significados para muito além do território físico”, afirma. Bassi explica que a demarcação de terras guarani é um processo recente, que se iniciou nos anos 1990, mas que áreas já demarcadas, em tantos anos de presença e de manejo, têm se qualificado em termos de biodiversidade. “Os guarani vão florestando, plantando, disseminando e garantindo a biodiversidade de acordo com o seu modo de vida. Onde tem guarani, tem mata. Se não tem, vai ter daqui a pouco, porque faz parte da dinâmica de existir num território garantir a existência da biodiversidade”, completa.

André Benites, cacique da aldeia Ka'aguy Porã, em Maquiné, acredita que não há como separar as coisas. “A gente sabe que sem a natureza ninguém vive; isso para todos os povos, mas principalmente para a humanidade. A gente quer que os não

FOTOS: FELIPE EWALD/JU





indígenas conheçam como a gente vive para poder entender e respeitar nosso modo de vida”, insiste.

Retomada – Em janeiro de 2017, cerca de 30 famílias da etnia mbya guarani ocuparam uma região do município de Maquiné, no litoral gaúcho – movimento que ficou conhecido como ‘retomada’. A área onde hoje fica a aldeia Ka’guy Porã era de propriedade estatal e pertencia à Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro), que na época estava em processo de extinção. “A gente nunca teve área demarcada na parte baixa de Maquiné. Tem uma aldeia, mas ela fica isolada na parte das montanhas. Morei muitos anos nessa terra e senti na prática a dificuldade que era viver lá”, conta André Benites. Segundo Bassi, o território reivindicado pelos indígenas possui remanescentes de formação de floresta de planície e complementa a terra indígena da Barra do Ouro, que também fica em Maquiné, mas que é muito fria e não permite o plantio de certas sementes tradicionais. Além disso, é uma área por onde os guarani historicamente sempre transitaram.

A Constituição Federal de 1988 garante o direito às terras indígenas, sendo elas as “terras tradicionalmente ocupadas pelos índios, as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições”. Para a bióloga, a retomada é uma estratégia recente e reflete as limitações dialógicas do poder público no que se refere aos guarani. “Eu entendo que houve um cansaço com relação a essa espera por demarcação de terra. A retomada acaba sendo uma estratégia para conseguir acessar esses direitos, que estão constitucionalmente assegurados, mas que na prática o Estado não efetiva.” A participação da Sema foi solicitada pela Procuradoria-geral do Estado com o intuito de verificar a viabilidade, do ponto de vista ambiental, de os guarani permanecerem na região. A partir disso, o corpo técnico da secretaria elaborou um parecer favorável à retomada. “Sustentamos o documento com os aspectos jurídicos que respaldam o manejo da comunidade, passando pela legislação ambiental, pela indigenista, pela socioambiental, como o próprio Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PENAP) propõe: compatibilizar diferentes usos, numa perspectiva de conservar e assegurar o direito às territorialidades indígenas”, conclui. O parecer também aponta os benefícios de uma gestão compartilhada, visto que a Fepagro passou a fazer parte da Secretaria de Agricultura, e suas atividades seguem em andamento. “Por que o Estado não lança mão de uma perspectiva mais integradora e pioneira de se pensar essa composição entre pesquisa, conservação e direito à territorialidade?”, sugere.

Povos tradicionais e conservação – De acordo com o professor José Otávio Catafesto, que acompanha o tema desde meados

da década de 1980, a maneira como os cientistas naturais veem a relação entre populações tradicionais e áreas de proteção vem gradativamente se transformando. Ele exemplifica: “As unidades de conservação máxima no Brasil não permitem a presença humana, o que é uma ‘baleia’. Em praticamente todo o planeta, os espaços que foram transformados em área de proteção ambiental eram territórios ocupados por uma população tradicional que foi destituída de seu uso. O ambiente se tornou preservado justamente porque aquela comunidade estava ali”, afirma.

A aldeia Pindó Mirim, localizada próximo à Reserva Estadual de Itapuã, fica em uma antiga área de plantação de eucalipto. Ao chegarem à região, há quase 20 anos, as famílias mbya guarani reflorestaram o local com espécies nativas. Segundo a bióloga Joana Bassi, é possível perceber um aumento considerável em termos de disseminação florestal e de restauração ecológica. “Isso faz parte dos manejos guarani”, explica.

Outro exemplo do impacto positivo do modo de vida da população mbya guarani é a extração do palmito juçara na aldeia Ka’guy Porã, em Maquiné. Segundo Catafesto, por muito tempo o pensamento científico atribuiu o uso extensivo de um recurso por uma população tradicional ao seu possível desaparecimento. No entanto, estudos na área da Etnociência apontam o oposto. “Os trabalhos mais atuais mostram que é exatamente o contrário: quanto mais uma população tradicional usa um recurso, mais ele prolifera. Na extração do palmito juçara, na Retomada, quando abatem a palmeira, as sementes ficam espalhadas e o caule, depois de extraído o palmito, se transforma em um criadouro de larvas que a comunidade usa como um grande manjar. Isso gera todo um ciclo de relações”, elucida o professor. “Os pesquisadores têm reconhecido cada vez mais que os índios são aliados na conservação. Na conjuntura brasileira atual, por exemplo, a preservação é vista como entrave ao desenvolvimento – e, com o sucateamento e a extinção de órgãos governamentais, como Ibama e Funai, os cientistas vêm constatando que o ambiente e as populações tradicionais têm o mesmo inimigo. O inimigo do meio ambiente não é o índio, é o agronegócio”, critica.

*Repórter

**Estudante do 7.º semestre de Jornalismo da UFRGS

A aldeia Pindoty, da etnia mbya guarani, fica no município de Riozinho



Afinal, por que precisamos da diversidade?

Mesmo com uma das mais completas legislações ambientais do mundo, na prática, o Brasil tem se mostrado incapaz de cuidar daquilo que é sua maior riqueza: a biodiversidade. Mas o que é, afinal, biodiversidade? No site do Ministério do Meio Ambiente, ela é definida como “a exuberância da vida na Terra – num ciclo aparentemente interminável de vida, morte e transformação. A biodiversidade é você; a biodiversidade é o mundo; você é o mundo”. Segundo o antropólogo José Otávio Catafesto de Souza, ela está relacionada à sociodiversidade, isto é, a pluralidade de povos e suas culturas. Na evolução biológica, sempre há uma variante que está mais adaptada a transformações ambientais, como secas ou aquecimentos, o que garante a sobrevivência da espécie. O professor explica que com as civilizações ocorre o mesmo: elas são o resultado de trocas de experiências, usos e saberes que foram incorporados e que fazem da nossa sociedade o que ela é hoje.

A partir disso, fala-se no conceito de sociobiodiversidade, que se baseia na inter-relação entre a diversidade biológica e a sociocultural. Segundo Catafesto, o argumento usado por antropólogos é o de que a diversidade é um banco de habilidades e culturas, um patrimônio fundamental para a continuidade da sobrevivência da nossa espécie no planeta. Ele cita como

exemplo a reprodução das castanhas-do-pará: “Os biólogos constataram que, se depender do seu ciclo reprodutivo próprio, uma castanheira só consegue gerar outra a 500 metros de distância. No entanto, em muitos pontos da Amazônia, existem pomares de castanhas. Outras espécies que os índios também utilizam estão distribuídas em linha, indicando antigos caminhos por onde circulavam com os recursos”.

Catafesto afirma que, atualmente, pesquisadores trabalham com a hipótese de que a sobrevivência da biodiversidade estará diretamente ligada à manutenção da sociodiversidade – que as populações possam recuperar seus sistemas tradicionais. “Um tema muito marcante para mim são as queimadas indígenas. Há um preconceito em relação a elas, mas há estudos que demonstram que as queimadas indígenas são, sem dúvida nenhuma, a forma mais eficaz de tornar o mato beneficiado, porque as plantas que os índios usam ficam ali; mesmo que abandonem a aldeia, sabem que no futuro encontrarão banana, cará, entre outros alimentos, que continuam se produzindo independentemente da presença humana”.

Para o cacique André Benites, tudo está integrado. “Tudo é a natureza. É difícil de falar no Português, que não é minha língua materna – o melhor é ir lá na aldeia conhecer o jeito mbya, como a gente vive”, ressalta.